



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

ESTUDOS PRELIMINARES

UNIDADE REQUISITANTE: Seção de Gestão de Atas e Serviços de Apoio ao Júri da Divisão Administrativa da Diretoria de Infraestrutura.

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE PÚBLICA:

I.1. Qual a necessidade pública?

A necessidade pública consiste em dar continuidade no fornecimento de LEITE UHT (longa vida), tipo integral e/ou semi desnatado e/ou desnatado, embalagem Tetra - Pak às comarcas e Unidades do PJSC, para servir ao público interno e externo.

I.2. Será uma contratação inédita?

Não se trata de contratação inédita.

I.3. Como esta necessidade pública vem sendo atendida até o momento?

Atualmente o fornecimento de leite UHT é realizado por meio das Atas de Registro de Preço Permanente.

I.3.1 Qual o número do processo administrativo da contratação anterior?

As atas de registro de preços permanentes são: 2025/07(0024586-91.2025.8.24.0710); 2025/08 (0024585-09.2025.8.24.0710); 2025/09 (0024578-17.2025.8.24.0710); 2025/010 (0024576-47.2025.8.24.0710); 2025/11 (0024582-54.2025.8.24.0710); 2025/12 (0024579-02.2025.8.24.0710). Tais Atas são decorrentes do procedimento administrativo licitatório constante do Sei n. 0138117-92.2024.8.24.0710 e possuem vigência até 06/04/2026.

I.4 Em que data a contratação para o atendimento desta necessidade precisa estar vigente?

Considerando a necessidade de dar continuidade no fornecimento a nova contratação deverá ocorrer até **06 de abril de 2026**.

II. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

II.1 Identificação da demanda no PCA: UR DIE 250

Foi prevista a possibilidade de contratação compartilhada com outros órgãos, no caso de aquisição de bens por Sistema de Registro de Preços, conforme a Res. GP n. 02/2022?
(X) sim, razão pela qual podem ser consultados os órgãos públicos participantes dos Termos de Cooperação Técnica n. 47/2021 e n. 7/2024.

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

III.1 Quais os requisitos da contratação?

III.1.1. Requisitos funcionais:

Leite UHT integral, semidesnatado ou desnatado.

Embalagem Tetra Pak, com capacidade de 1 litro.

Prazo mínimo de validade de 60 dias do produto, a contar da data de entrega.

Produto deve ser estável em temperatura ambiente, sem refrigeração prévia.

O produto a ser fornecido deverá possuir registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O fornecedor deverá garantir transporte adequado, preservando a integridade das embalagens e a qualidade do produto.

A entrega será parcelada, conforme demanda.

III.1.2. Requisitos não funcionais:

Deve garantir rastreabilidade de lote e data de fabricação.

Entrega dentro dos prazos e locais definidos, visando garantir a previsibilidade e continuidade no abastecimento.

O transporte deve preservar a integridade das embalagens e a qualidade do produto.

As entregas devem ocorrer nos prazos e locais definidos pela Administração, podendo ser parceladas conforme demanda.

III.1.3 Requisitos externos:

Cumprimento da Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas.

Atendimento ao Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), garantindo informação clara e adequada na rotulagem e qualidade do produto.

III 1.4 Requisitos de sustentabilidade, em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis do Poder Judiciário de Santa Catarina

Em consonância com a Resolução CNJ n. 400/2021, que institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, e reforça o compromisso do PJSC com a Agenda 2030 da ONU, com destaque para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n. 12 – Consumo e Produção Responsáveis a contratação visa fomentar a sustentabilidade por meio de: Adoção pelo fabricante de práticas industriais com baixo consumo de energia, uso responsável de recursos e redução de resíduos, e Conformidade com Políticas Ambientais: o produto deve estar alinhado com políticas públicas de sustentabilidade e com a legislação ambiental vigente, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

III.2. Quais as justificativas para os requisitos escolhidos?

A escolha dos requisitos apresentados garante que a contratação de leite UHT seja eficiente, segura, legal e sustentável, atendendo às necessidades da Administração, protegendo o consumidor e promovendo responsabilidade socioambiental.

III.3. Quais normas devem ser atendidas para a solução alcance seus objetivos?

Para que a aquisição de leite UHT alcance seus objetivos, devem ser atendidas normas legais (Lei nº 14.133/2021), sanitárias (MAPA/ANVISA, Portaria MAPA nº 783/2025), ambientais (Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos), de defesa do consumidor (Lei nº 8.078/1990) e de sustentabilidade (Resolução CNJ nº 400/2021 e ODS 12 da ONU).

IV. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE:

IV.1 Quantas unidades de serviços ou bens deverão ser contratadas?

Os quantitativos foram estipulados por esta Diretoria, a qual é responsável pelo controle e gestão das atas de registro de preços. Desse modo, levou-se em consideração:

- 1. Quantidade do produto distribuído nos anos de 2023 e 2024;
 - 2. Aumento no número de servidores, magistrados e colaboradores nas unidades;
 - 3. A criação de novas unidades judiciárias.
- Diante das considerações elencadas, foi possível estabelecer os seguintes quantitativos estimados para consumo anual:

UNIDADES	QUANTITATIVO
	Unitário
Balneário Piçarras, Barra Velha, Itajaí,Navegantes e Penha	7000
Camboriú, Itapema, Porto Belo e São João Batista	3000
Guaramirim, Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul	4512
Ascurra, Blumenau, Brusque, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode e Timbó	11136
Campos Novos, Fraiburgo, Lebon Régis e Santa Cecília	3300
Correia Pinto, Lages e Otacílio Costa	6100
Bom Retiro, São Joaquim e Urubici	3660
Capinzal, Catanduvas, Herval d'Oeste e Joaçaba	4020
Araranguá, Forquilha, Içara, Meleiro e Turvo	5000
Santa Rosa do Sul e Sombrio	1500
Armazém, Braço do Norte, Lauro Müller e Orleans	3000
Capivari de Baixo, Garopaba, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna e Tubarão	6036
Mafra e Rio Negrinho	2100
Canoinhas e Porto União	3948
Ituporanga, Rio do Oeste, Rio do Sul e Trombudo Central	3396
Rio do Campo e Taió	1176
Itapoá	720
Dionísio Cerqueira	504
São José do Cedro	288
São Miguel do Oeste	1320
Ipumirim, Itá e Seara	1104
Pinhalzinho	504
São Domingos	864
GRANDE FLORIANÓPOLIS (TJSC, Unidades administrativas, Comarcas de Biguaçu, Capita, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José	100000

IV.2 Qual o histórico da demanda pelo bem ou serviço?

Visando apresentar dados históricos, foram selecionados os anos de 2023 e 2024, para apresentar as aquisições nesse período:

Unidades	Quantidade	Quantidade
	2023	2024
Balneário Piçarras, Barra Velha, Itajaí , Navegantes e Penha	3900	3537
Camboriú, Itapema, Porto Belo e São João Batista	1482	1720

Araquari, Guaramirim, Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul	2160	2388
Ascurra, Blumenau, Brusque, Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó	6108	7038
Campos Novos, Fraiburgo, Lebon Régis e Santa Cecília	1716	1992
Correia Pinto, Lages e Otacílio Costa	1790	2436
Bom Retiro, São Joaquim e Urubici	1668	1872
Capinzal, Catanduvas, Herval d'Oeste e Joaçaba	1752	1656
Araranguá, Forquilha, Içara, Meleiro e Turvo	2460	2676
Santa Rosa do Sul e Sombrio	600	756
Armazém, Braço do Norte, Lauro Müller e Orleans	1368	1248
Garopaba, Imaruí, Ibituba, Jaguaruna, Laguna e Tubarão	2104	2464
Mafra, Rio Negrinho e São Bento do Sul	1128	1140
Canoinhas e Porto União	1610	1584
Ituporanga, Rio do Oeste, Rio do Sul e Trombudo Central	1524	1884
Rio do Campo e Taió	566	624
Itapoá	336	276
Dionísio Cerqueira	276	288
Itá e Seara	228	294
São Domingos	0	105
GRANDE FLORIANÓPOLIS (TJSC, Unidades administrativas, Comarcas de Biguaçu, Capita, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José	40484	45924

IV.3 Haverá incremento ou diminuição da demanda levando-se em conta os objetivos propostos no Planejamento Estratégico Institucional ou no planejamento específico da unidade gestora orçamentária, a exemplo do Plano de Obras ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação?

Não há previsão de incremento ou diminuição da demanda.

IV.4 Haverá fixação de quantidade mínima por pedido, em caso de aquisição de bens?

Não foi estabelecida quantidade mínima por pedido para a aquisição.

IV.4.1 Qual a justificativa caso não se indique quantidade mínima por pedido?

Não há como mensurar a quantidade mínima que o PJSC irá adquirir, durante a vigência da Ata, bem como não há como indicar a quantidade de produtos que serão solicitados em cada pedido, haja vista os pedidos serem realizados conforme demanda de consumo.

O consumo poderá variar de acordo com as estações climáticas do ano sendo, em geral, maior no inverno que no verão.

Dessa forma, não há como indicar a quantidade mínima de produtos que serão solicitados em cada pedido, haja vista tratar-se de produto de gênero alimentício com demanda instável.

Duante a contratação poderá ocorrer aumento ou diminuição na quantidade semanal, quinzenal ou mensal de leite UHT, inclusive suspender a entrega por determinado período, dependendo da necessidade de cada unidade requisitante.

V. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO e ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Após analisar a realidade do mercado e possíveis soluções à contratação presente, nota-se que outra forma de aquisição de leite UHT para consumo seria a contratação

de empresa especializada na prestação dos serviços de fornecimento automático de bebidas quentes, com os materiais e equipamentos necessários a sua execução.

Tal solução já foi utilizada por este órgão e se mostrou inviável, tendo como ponto negativo principal o alto custo de manutenção, pois esse tipo de equipamento necessita de uma atenção especial, pode conter fungos e isso pode ser extremamente prejudicial para a pessoa que a utiliza.

Além disso, há situações específicas tais como a realização de sessões do Tribunal do Júri e recepção de autoridades, as quais requerem o fornecimento de forma individualizada, especialmente por questões de higiene após a pandemia.

Visando ao levantamento de mercado com o escopo de definir as diferentes soluções disponíveis para aquisição/contratação, observou-se que no mercado ofertante da solução de leite UHT, predominaram quatro principais tipos de soluções, conforme seguem detalhamentos:

Solução 1: ata de registro de preço através do Sistema de Registro de Preço (SRP).

O SRP tem por escopo tornar apta diversas contratações simultâneas sem que seja necessário realizar um procedimento unitário para cada item, trazendo mais agilidade para a contratação e, também, evitando a formação de estoque, o que não é algo vantajoso para a administração pública, especialmente se tratando de bens que podem estragar. Atualmente é bastante utilizado nas contratações do Poder Judiciário catarinense.

Solução 2: dispensa de licitação:

Hoje em dia algumas comarcas realizam as aquisições de leite UHT por meio de dispensa em razão do valor (RC). O uso desta forma de aquisição se faz interessante para buscar fornecedores locais, contudo algumas comarcas relatam dificuldades de obter fornecedores que possuam documentação regular exigida.

Solução 3: ata de registro de preço permanente através do Sistema de Registro de Preço Permanente (SRPP):

O SRPP difere do sistema convencional do SRP precisamente porque é permanente, isto é, dispensa novas licitações. Após o período de 12 (doze) meses de vigência é reaberta a fase de lances, no mesmo pregão, aproveitando o mesmo edital, parecer jurídico, e todo o procedimento realizado anteriormente.

Solução 4: Fornecimento continuado estimado: Consiste no estabelecimento de contrato de fornecimento continuado com quantitativos estimados, permitindo contratação por demanda e conforme necessidade institucional. Esta forma combina a flexibilidade do fornecimento por demanda, constituindo contrato de fornecimento continuado que pode ter vigência de até cinco anos, prorrogável por igual período, totalizando até dez anos de duração.

V.2 INDICAÇÃO SOBRE A NATUREZA DOS BENS (COMUM OU LUXO) APONTADOS NAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS:

Nenhuma das soluções disponíveis possui itens que se enquadrem como bens de luxo.

VI. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO)

VI.1 A adjudicação do objeto se dará por item ou por grupo de itens?

A adjudicação será por item.

A aquisição dos objetos deve ser realizada com o agrupamento de algumas comarcas em região.

A reunião justifica-se pela proximidade entre as Comarcas/Unidades e a regularidade do quantitativo anual consumido, o que facilita o controle da solicitação e entrega dos produtos, além de abrir espaço para maior concorrência entre as empresas, com vistas ao melhor preço possível para a Administração.

Com a regionalização das contratações pretende-se, também, unir o fornecimento das Comarcas de pequeno porte àquelas de maior porte, buscando, assim, empresas que tenham maior estrutura e logística e possibilitar aos fornecedores especializados em distribuição de leite, a oferta de maiores descontos na hora da composição do preço.

Da mesma forma, o agrupamento objetiva o atendimento às comarcas com dificuldades de encontrar fornecedores aptos a participar de licitações e a contratação por preços menores, diante da quantidade a ser entregue.

Destaca-se, inclusive, que à ocasião do exame de requisição de compras, verificou-se a existência de comarcas menores que frequentemente enfrentam obstáculos na aquisição de leite porquanto ausentes fornecedores interessados.

Salienta-se que além da possibilidade de redução de pregões desertos e da contratação a preços mais vantajosos, a reunião de comarcas em um único grupo facilita o fornecimento dos produtos, até mesmo pela Administração Pública, que deve fazer as autorizações de fornecimento e controlar os quantitativos e também o monitoramento das estimativas de consumo, bem como o controle orçamentário.

Não há óbice à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte e à divisão do item em cota reservada para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

VI.2 Em caso de agrupamento de itens, quais as justificativas da não adoção do parcelamento da solução.

Não se aplica.

VII. RESULTADOS PRETENDIDOS:

VII.1 Benefícios diretos

Garantir abastecimento contínuo de leite UHT para atender às demandas institucionais.

Assegurar qualidade e segurança alimentar, com produto registrado no MAPA

Obter eficiência logística, já que o leite UHT é estável em temperatura ambiente e dispensa refrigeração prévia.

Permitir flexibilidade de consumo, com opções integral, semidesnatado e desnatado.

Reduzir desperdícios e custos de estoque, por meio de entregas parceladas conforme demanda.

Promover economicidade e transparência, com preços competitivos obtidos via processo licitatório.

Reforçar o compromisso institucional com a sustentabilidade, em alinhamento à Resolução CNJ nº 400/2021 e ODS 12 da ONU.

VII.2 Benefícios indiretos

Fortalecimento da imagem institucional: demonstra compromisso da Administração com qualidade, transparência e responsabilidade socioambiental.

Eficiência administrativa: simplifica gestão de contratos e estoques, liberando recursos humanos e financeiros para outras áreas.

Redução de riscos operacionais: menor probabilidade de falhas logísticas ou de fornecimento.

VIII. PROVIDÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

VIII. 1 Será necessário realizar capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual?

Considerando que se trata de uma aquisição que já vem sendo realizada, já vem sendo fiscalizado e sendo feita a gestão contratual pela unidade requisitante, não se faz necessário adotar providencias específicas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem realizar capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

VIII.2 Será necessário realizar alguma adequação do ambiente para que o instrumento contratual possa ser celebrado?

Considerando que não há inovação na presente contratação, não será necessário adotar providencias específicas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem realizar capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

IX. CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

IX.1 Será necessária alguma contratação interdependente para o início desta que será contratada?

Não se verificam contratações interdependentes necessárias à viabilidade desta contratação.

IX.2 Será necessária alguma contratação correlata a esta que será contratada?

Não se verificam contratações correlatas necessárias à viabilidade desta contratação.

X. IMPACTOS AMBIENTAIS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

X.1 Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, preencher uma das seguintes alternativas

(X) Esta licitação contempla item com critério de sustentabilidade, tendo como requisito sustentável a Resolução CNJ nº 400/2021, que institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

A contratação visa fomentar a sustentabilidade por meio das seguintes ações:

Adoção, por parte do fabricante, de práticas industriais sustentáveis, com baixo consumo de energia, uso responsável de recursos naturais e redução na geração de resíduos.

Conformidade com políticas ambientais, exigindo que o produto esteja alinhado às políticas públicas de sustentabilidade e à legislação ambiental vigente, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

X.1.1 Qual a justificativa da não adoção de critérios de sustentabilidade ou de não haver critérios de sustentabilidade?

Não se aplica

X.2 Houve consulta ao Guia de Contratações Sustentáveis do PJSC pelos integrantes

da Equipe de Planejamento da Contratação?

Sim

XI. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO QUE MELHOR ATENDE À NECESSIDADE PÚBLICA:

Aquisição de leite UHT por meio de contrato de fornecimento contínuo estimado, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n. 14.133/2021.

XII. ADEQUAÇÃO DO OBJETO À NECESSIDADE:

A escolha do objeto a ser contratado é o mais adequado ao atendimento da necessidade pública, para propiciar aos magistrados, servidores, colaboradores e público externo produto de qualidade, em embalagem tetra pak, além de propiciar o bem-estar a todos que frequentam as Comarcas e unidades do Tribunal de Justiça.

A solução proposta neste documento segue a mesma linha da solução que já vem sendo adotada há anos pelo PJSC.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Trajano da Silva, Técnico Judiciário Auxiliar**, em 11/12/2025, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Guedes, Chefe de Divisão**, em 12/12/2025, às 10:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Jesus, Diretora**, em 12/12/2025, às 10:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Cristina Marchioro de Espindola, Chefe de Seção**, em 12/12/2025, às 12:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **10149860** e o código CRC **4BC6A870**.

0101592-77.2025.8.24.0710

10149860v9